

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ: 03.508.097/0001-36

Excerto da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa de 2022, que aprova a Prestação de Contas de 2021.

As vinte e cinco dias de março de 2022, reuniram-se remotamente pelo sistema de conferência web da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP os conselheiros relacionados na pauta. Nesta reunião, de acordo com o primeiro item da pauta que se refere a Prestação de Contas 2021, foram aprovados: Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do exercício de 2021, Relatório de Asseguração Limitada do Fluxo Reunido de Caixa Financeiro de execução dos recursos advindos do Contrato de Gestão e Relatório de Procedimentos Previamente Acordados, relativos aos itens requeridos pela Portaria MCTIC nº 1.123/2015, com base no parecer dos Auditores Independentes, representados pela empresa Grant Thornton. Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim - Presidente do Conselho de Gestão da RNP.

Balanco patrimonial exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)				Demonstrações do resultado exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.115.523	177.031.028	Fornecedores	12	20.249.608	13.859.273
Clientes a receber	5	4.771.418	5.555.886	Passivo de arrendamento	13	908.792	1.195.349
Estoque de material de consumo	6	5.233	9.458	Obrigações fiscais	14	3.109.404	1.957.810
Depósito em garantia	6	559.766	939.185	Obrigações sociais	15	1.600.668	1.972.056
Adiantamentos a terceiros	7	1.183.029	2.162.750	Obrigações trabalhistas	15	8.210.689	10.385.586
Créditos de funcionários	7	702.060	571.184	Obrigações em circulação	16	374.357.574	186.518.498
Despesas pagas antecipadamente	7	526.332	443.847	Outras contas a pagar	16	458.667	3.999
Impostos e contribuições a recuperar	7	34.961	7.221			<b>408.895.402</b>	<b>215.892.571</b>
		<b>291.896.372</b>	<b>186.714.559</b>				
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Despesas pagas antecipadamente	8	466.601	654.798	Provisão para riscos judiciais	17	21.557.945	20.675.377
Depósitos judiciais	8	3.328.370	3.130.863	Passivo de arrendamento	13	285.204	753.429
Depósito em garantia	6	102.000	165.000			<b>21.843.149</b>	<b>21.429.166</b>
Direito de uso de arrendamento	9	1.148.021	1.860.207				
Imobilizável	10	124.988.578	57.687.838	<b>Patrimônio Social</b>			
Intangível	11	41.155.173	24.720.379	Capital social		37.611.908	54.939.354
		<b>171.188.743</b>	<b>88.219.085</b>	Reserva acumulada		(5.265.394)	(17.327.446)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>463.085.065</b>	<b>274.933.644</b>	Deficit acumulado		<b>32.346.514</b>	<b>37.611.908</b>
						<b>463.085.065</b>	<b>274.933.644</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)			
1. Informações sobre a entidade: A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (Associação e/ou Entidade), localizada no endereço Rua Janelier 116, sala 1103, Botafogo, Rio de Janeiro (RJ), foi qualificada como Organização Social por meio do Decreto nº 0.077, de 9 de janeiro de 2020. Tem como finalidade o desenvolvimento tecnológico da área de redes e suas aplicações, com o foco orientado para o suporte às atividades de ensino, notadamente, na educação superior e na pesquisa. Para isso, se constitui como a infraestrutura de rede de comunicação e computação para suporte à pesquisa brasileira, uma vez que propicia a integração de todo o sistema de pesquisa e ensino superior por meio de uma rede de alta capacidade, rica de serviços e aplicações. Por meio dessa rede nacional, ou backbone, chamada Rede Iq3, também são realizadas pesquisas para o desenvolvimento e teste de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Essas tecnologias constituem a base da nova sociedade do conhecimento, onde seu domínio e uso são essenciais para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, a própria rede se constitui como um laboratório nacional no qual os experimentos de TIC são utilizados, permitindo que seus resultados possam beneficiar mais rapidamente os clientes. As atividades desenvolvidas pela RNP estão atreladas a metas e prazos descritos no Contrato de Gestão, firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a RNP, assinado originalmente em 26 de março de 2002 com vigência inicial de 5 anos. O mesmo foi renovado em 16 de janeiro de 2007, com prazo de vigência de 4 anos. Uma nova renovação foi estabelecida com assinatura de novo contrato com início em 22 de dezembro de 2010 e vigência inicial de 6 anos adicionais. A última renovação foi assinada em 22 de dezembro de 2015 por um prazo de 10 anos. Em 5 de fevereiro de 2016, a Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) encaminhou, para todas as Organizações Sociais vinculadas, as orientações acerca do processo de renovação dos Contratos de Gestão. Para as Organizações Sociais com contratos vigentes, como a RNP, o processo engloba as seguintes etapas: elaboração do plano de fomento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da RNP, análise técnica, negociação e assinatura do contrato. No último Ciclo 2011 - 2016, renovado até 2020, foi consolidado o Sistema RNP, sua política de uso e compartilhamento de recursos que hoje sustentam uma plataforma digital de serviços para alunos, professores e pesquisadores em todo o país. Essa infraestrutura, seus serviços e recursos humanos altamente qualificados, constituem um bem público para milhares de organizações usuárias, integradas globalmente, com redes de educação e de pesquisa de nível mundial. Em maio de 2021, o MCTI assinou em 27 de julho de 2021, tem por objetivo ampliar os resultados do fomento e fortalecer a parceria da Organização Social RNP com o MCTI para o benefício da comunidade de educação, pesquisa e inovação. Sua conformação está alinhada às diretrizes da missão do MCTI, como Órgão Supervisor do Contrato de Gestão, e nos componentes estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da RNP em seu Plano Diretor 2021-2030. A RNP apresenta o recebimento de repasse de recursos do MCTI para manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Em virtude da natureza das operações da Organização, da vigência do Contrato de Gestão e da conformidade com os termos deste novo contrato, a Administração da RNP entende que os recursos previstos e necessários serão disponibilizados à Organização na forma esperada. 2. Base de preparação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade das demonstrações contábeis da RNP: São de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CPC 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucro). Navegamos aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem o uso de julgamentos e estimativas contábeis baseadas em fatos objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Não existem transações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos nas operações realizadas pela Entidade nos exercícios apresentados. As demonstrações contábeis da RNP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 11 de março de 2022, por meio da Portaria nº 19, de 11 de março de 2022. A RNP iniciou em março de 2020, afetou diversas negociações e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de incerteza, a Entidade instituiu comitê interno, denominado de "Comitê Covid-19", que acompanha a evolução da pandemia e assessora a DE na tomada de decisões importantes para a organização, atuando em três pilares: a preservação das pessoas e manutenção da eficiência operacional. No ano de 2021, a RNP desenvolveu diversas frentes de atuação relacionadas à pandemia. Algumas ações foram executadas por exemplo: mapeamento de imunização dos colaboradores da RNP contra Covid-19, campanha de vacinação contra gripe, atualização de protocolos de segurança nos escritórios, orientados pela OPA3 (Organização Pan-americana da Saúde), revisão dos protocolos de viagens e participação em eventos adequando-os ao novo contexto de pandemia etc. Não há externo é possível destacar a participação da RNP em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de Pesquisa - PNPE MCTI por meio da oferta de ferramentas que utilizam o que tem de mais inovador em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Em dezembro de 2021, teve início o Piloto do Novo Modelo de Trabalho que irá articular de 2022. Inicialmente foram mapeados para participar do piloto, em modalidade de trabalho híbrido, 19 colaboradores em Brasília, 32 em Campinas e 20 do escritório do Rio de Janeiro. O piloto foi construído com base nos pilares prioritários: segurança, relacionamento com clientes, produtividade, flexibilidade e experiência digital e contou com o envolvimento da organização, através do engajamento respondendo ao questionário de percepções sobre as experiências com o trabalho remoto estendido imposto pela Pandemia e as expectativas para o Novo Modelo de Trabalho, na participação nos workshops facilitados pela abordagem do Design Thinking e com as diretrizes e validações da Diretoria Executiva. O objetivo do piloto é validar a hipótese de que o regime híbrido é relevante e vantajoso para a relação entre o colaborador e a RNP, uma vez que resulta em um sentimento de satisfação para o colaborador, além disso, possibilita que a empresa reduza o espaço físico para a realização do trabalho presencial e consequentemente as despesas relacionadas com a ocupação do espaço físico. Alguns critérios foram adotados e serão observados por todos para garantia do sucesso do piloto e preservação da segurança individual e coletiva durante a Pandemia de Covid-19. • Estreua vacinal dos coletivos (C) e terceiros (T), completo 100% e comprovado. • Manifestação confortável dos colaboradores em participar do projeto piloto. • Disponibilidade do espaço físico, de acordo com as condições sanitárias necessárias e mobilidade dos equipamentos. • Periodicidade de trabalho na Unidade: variável de 01 a 05 vezes por semana. • Adoção dos protocolos de segurança dentro os quais o uso de máscaras, distanciamento de 1,5m, higienização e não ir ao escritório em caso de adoção das demonstrações contábeis e reunião de políticas contábeis. As despesas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 3.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. 3.3. Sumário das principais políticas contábeis: a) Apreciação do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência para os recursos recebidos via Contrato de Gestão, convênios FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e para projetos com duração superior a mais de um exercício financeiro, no caso: Projeto Frída, Projeto Global Biodiversity, Comunicação Movel 5g I+D+I, Convênio Colégio Pedro II, Projeto Brasil 5g, Projeto RNP 5g in a box, Projeto Open Brain. Para os demais convênios e contratos, a contabilização ocorre pelo regime de caixa. A receita apropriada pelo regime de competência é reconhecida na extensão em que são incorridas as despesas relacionadas aos projetos executados, e as receitas advindas de outros convênios, contratos e prestação de serviços, geridas pela RNP são contabilizadas no momento do seu recebimento. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Associação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. c) Clientes a receber e receita estimada para a venda de liquidação de ativos: São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes a títulos, pois não possuem caráter de pagamento, em contrapartida à conta de resultado. O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - substituiu o modelo de "perdas							

Patrimônio Superávit/Deficit Social Acumulado Total			
Em 31 de dezembro de 2019	50.102.679	4.836.675	54.939.354
Incorporação do resultado ao patrimônio social	4.836.675	(4.836.675)	-
Deficit do exercício	-	(17.327.446)	(17.327.446)
Em 31 de dezembro de 2020	54.939.354	(17.327.446)	37.611.908
Incorporação do resultado ao patrimônio social	(17.327.446)	17.327.446	-
Deficit do exercício	-	(5.265.394)	(5.265.394)
Em 31 de dezembro de 2021	37.611.908	(5.265.394)	32.346.514

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros. A Entidade avalia a perda do ativo Para o Contas a Receber, a Entidade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, conjugada com a experiência operacional e a conjuntura econômica. d) Imobilizável: Está registrado ao custo, deduzidas das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizável é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 10, que levam em consideração o prazo de vida útil econômica desses bens. A Administração da RNP não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizável. Um item de imobilizável é baído quando doado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou a sua venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de superávit/deficit no período em que o ativo for baixado. e) Provisão para perda do ativo imobilizável é constituída após a realização do inventário físico anual. Com base no status de cada um dos bens, a administração constitui a provisão. Os status passíveis de provisão são: não informado, não localizado, irre recuperável, obsoleto para o projeto, recuperável e em branco. e) Contratos de arrendamento - CPC 06: Na data de início do contrato de arrendamento é reconhecido o custo líquido do passivo de arrendamento, sendo provido que seja superior a rendimento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento, onde é utilizada a taxa incremental, já que não possui taxa de juros implícita em seus contratos. A taxa incremental estimada é em função das taxas de captação de financiamentos de longo prazo, ajustada para refletir as características do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, moeda, prazo e a data de início do contrato. Se ocorrer alguma alteração do Fluxo de caixa esperado no novo contrato, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir o custo líquido de direito de uso e método linear, pelo prazo remanescente do arrendamento. A entidade usa determinadas isenções permitidas pela norma e, portanto, não aplicamos os requerimentos no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, reconhecendo para estes casos uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto no CPC 06(R2), equivalente ao IFRS 16. A Entidade possui contratos de arrendamento operacionais nos quais atua como arrendatária referentes a imóveis. A mensuração desses arrendamentos inclui: i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da arrendatária e esse exercício é razoavelmente certo; ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes às operações; iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa incremental adequada aos contratos, dentre outras. f) Intangível: Ativos intangíveis refletem os custos de aquisição deduzidos da amortização acumulada e das perdas para redução do valor recuperável, quando aplicável. O critério para provisão para perda é similar ao aplicado ao ativo imobilizável mencionado na nota explicativa acima. g) Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a RNP tem uma obrigação presente (legal ou não) não normalizada em termos de valor de obrigação para a mesma pessoa ou entidade. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração de déficits e superávits, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos civis e trabalhistas: A RNP é parte em processos judiciais e administrativos; portanto, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidação da contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inapetência financeira, alterações de legislação, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores. Instrumentos derivativos: A Entidade não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhum instrumento derivativo de qualquer natureza em aberto. A Entidade, também não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma transação com instrumento financeiro derivativo de qualquer natureza. i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seu benefício econômico futuro seja gerado em favor da RNP e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. j) Imparidade: A RNP é uma associação civil sem fins lucrativos constituída nos termos da Lei 6.879/98 e tem suas atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, motivo pelo qual é e conferida a isenção tributária de IRLP e CSLL. Caso a RNP não gozasse de isenção tributária, a tributação sobre o lucro compreendido o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda seria computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, e a contribuição social seria calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, gerariam créditos ou débitos tributários diferidos. A Entidade não tributa PIS e COFINS sobre a receita de subvenção governamental recebida, pois os recursos que são repassados para atender as obrigações do Contrato de Gestão têm natureza de repasse de recursos públicos e não de atividades e projetos comerciais. As despesas relacionadas a incidência de impostos e contribuições, por não caracterizarem contraprestação de serviços. Para as receitas de prestação de serviços os seguintes impostos e contribuições incidem pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto sobre Serviços - ISS 5,00% Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 7,60% k) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CPC n.º 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucro). Navegamos aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de

Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020	
(Déficit) do exercício	(5.265.394)	(17.327.446)	
Depreciação e amortização	19.306.608	13.968.445	
Baixa de ativo imobilizável e intangível	260.731	166.922	
Amortização de despesa antecipada	246.803	1.158.592	
Juros incorridos sobre arrendamentos	177.026	150.452	
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	1.378.519	1.508.797	
Constituição de provisão (reversão) para riscos judiciais	882.207	(718.234)	
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizável/Intangível	(241.132)	(41.260)	
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	210.222	68.603	
	<b>16.899.382</b>	<b>(1.065.130)</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	
(Déficit) do exercício	(5.265.394)	(17.327.446)	
Depreciação e amortização	19.306.608	13.968.445	
Baixa de ativo imobilizável e intangível	260.731	166.922	
Amortização de despesa antecipada	246.803	1.158.592	
Juros incorridos sobre arrendamentos	177.026	150.452	
Amortização do direito de uso dos arrendamentos	1.378.519	1.508.797	
Constituição de provisão (reversão) para riscos judiciais	882.207	(718.234)	
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizável/Intangível	(241.132)	(41.260)	
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	210.222	68.603	
	<b>16.899.382</b>	<b>(1.065.130)</b>	

Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Aumento (redução) em clientes a receber	574.246	91.595	
Aumento em estoque de material de consumo	5.225	(8.458)	
Aumento em depósito em garantia (curto e longo prazo)	442.419	(96.247)	
Aumento em adiantamentos a terceiros	979.721	(1.854.265)	
Aumento em créditos de funcionários	(130.876)	55.641	
Aumento em despesas pagas antecipadamente (curto e longo prazo)	(141.091)	224.446	
Aumento em tributos e contribuições a recuperar	(32.739)	(2.221)	
Aumento em depósitos judiciais	(197.507)	(82.572)	
	<b>1.499.396</b>	<b>(1.172.081)</b>	

Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Aumento (redução) nos passivos operacionais	31/12/2021	31/12/2020	
Aumento em fornecedores	6.390.335	(1.625.617)	
Aumento em obrigações fiscais	1.151.594	(24.700)	
Aumento em obrigações sociais	(371.388)	316.122	
Aumento em provisões trabalhistas	(2.174.897)	1.417.967	
Aumento em obrigações em circulação	187.839.076	(51.322.551)	
Aumento em contas a pagar	454.667	3.999	
Aumento em provisão para riscos judiciais	-	(158.873)	
	<b>193.289.387</b>	<b>(50.983.202)</b>	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	211.684.377	(53.720.413)	
Adições de imobilizável e intangível	(103.061.740)	(37.209.020)	
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalente de caixa	(66.633)	(131.032)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	177.031.028	288.593.393	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	284.115.523	177.031.028	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pronunciamentos Contábeis completos. 3.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis			
Significativas: O processo de elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas a entidades sem fins lucrativos, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e do intangível, assim como da provisão para riscos judiciais. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A RNP revisa suas estimativas e premissas anualmente. 3.5. Pronunciamentos, normas e interpretações que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2022, conforme segue: 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos - custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1)/IAS 37); 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); 1º de janeiro de 2022 - Imobilizável e intangível - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 17 (R4) /IAS 16); 1º de janeiro de 2022 - Referência à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15 /IFRS 3); 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4)/IAS 1 e NBC TG 23 /IAS 8); 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. A Entidade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.			

4. Caixa e equivalente de caixa			
Banco conta movimento - Contrato de Gestão	31/12/2021	31/12/2020	
Banco conta movimento - Associação	106.690.940	18.589.327	
Aplicações financeiras - Contrato de Gestão	114.771.448	108.951.141	
Aplicações financeiras - Associação	277.464.583	158.441.706	
	<b>284.115.523</b>	<b>177.031.028</b>	

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa em instituições de primeira linha e indexadas à variação do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários, com vencimento no curto prazo. No ano de 2021 houve uma mudança no perfil de investimento da Entidade, bem como na gestão dos recursos em tesouraria, tais alterações estão melhor detalhadas na nota explicativa 25 - Resultado Financeiro Líquido. A Entidade também considera os recursos do contrato de gestão, sejam eles banco conta movimento ou aplicação financeira, como caixa e equivalentes de caixa pois tais recursos são utilizados para pagamento de despesas orçadas nos projetos que serão realizados durante o exercício, bem como para cobrir as despesas que mantêm a operação da RNP.

5. Contas a receber			
Clientes	31/12/2021	31/12/2020	
Duplicatas a receber	46.375	148.803	
Serviços prestados a não faturados	2.598.299	2.866.035	
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(210.222)	(68.6	

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ: 03.508.097/0001-36

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.056.313	3.573.456
Vencidas há 30 dias	2.663.323	1.681.591
Vencidas há 61 a 90 dias	27.782	6.000
Vencidas há 91 a 120 dias	29.560	294.320
Vencidas há mais de 120 dias	207.662	68.620
	<b>4.981.640</b>	<b>5.624.489</b>

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi como segue:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	(68.603)	-
(+) Adições	(210.222)	(68.603)
(-) Baixas	68.603	-
Saldo em 31 de dezembro	<b>(210.222)</b>	<b>(68.603)</b>

Em relação ao critério utilizado para constituição da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), utilizou-se a conjugação de dois parâmetros. O primeiro parâmetro diz respeito à data de vencimento, ou seja, títulos vencidos a mais de 180 dias sem o respectivo recebimento considerando a data base 31/12/2021. O segundo critério é pautado no insucesso de cobrança dos títulos vencidos a mais de 180 dias, ou seja, apesar de terem sido feitas cobranças, a Entidade não obteve retorno algum sobre a previsão de recebimento dos valores. Dos títulos com vencimento aberto entre 61 a 180 dias, um título no valor de R\$2.560.000 se enquadrou na situação ora mencionada, somando-o aos títulos abertos a mais de 180 dias, compõe-se o valor total provisionado (R\$210.222). 6. Depósito em garantia (circulante e não circulante):

	31/12/2021	31/12/2020
Aluguel	102.000	165.000
INMETRO	124.179	115.486
CPM	-	79.093
CAPEX	435.587	744.606
Total de garantias	<b>661.766</b>	<b>1.104.185</b>
Circulante	559.766	939.185
Não circulante	102.000	165.000

RNP possui contratos firmados com clientes e fornecedores (contrato de locação) que exigem obrigações, através da constituição de uma garantia bancária. 7. Adiantamentos a terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores	170.457	250.720
Importação em andamento (a)	968.004	1.905.862
Adiantamento diversos	44.558	6.168
	<b>1.183.029</b>	<b>2.162.750</b>

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo		Depreciação	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equipamentos de computação	20%	40.635.955	28.539.831	(6.713.524)	(16.121.512)
Máquinas e equipamentos (a)	10%	11.883.456	823.883	(398.265)	(1.133.879)
Móveis e utensílios	10%	2.648.150	452.224	(263.305)	(476.575)
Beneficiárias em propriedade de terceiros	10%	3.732	226.027	-	(17.072)
Cabos de fibra ótica	5%	6.328.283	5.856.937	-	(457.296)
Instalação	10%	-	434.582	-	(31.086)
Construções em andamento (b)	-	-	136.085	-	136.085
Imobilizado em andamento (c)	-	-	49.087.931	-	49.087.931
Provisão para perda no ativo (d)	-	(3.820.378)	(60.036)	301.167	-
		<b>57.687.838</b>	<b>85.497.462</b>	<b>(7.073.926)</b>	<b>(18.237.421)</b>
					<b>7.114.623</b>

(a) Em setembro de 2021 passou a integrar a conta de Máquinas e Equipamentos os Kits de fibra ótica referente ao processo 19482-720.054/2020 que foi atuado pela Receita Federal do Brasil na alfândega do aeroporto internacional de Viracopos com a finalidade da aplicação da pena de perdimento de bens, porém com a decisão prolatada favorável a RNP, os bens não puderam integrar o ativo no projeto do nordeste conectado. (b) O saldo da conta de construções em andamento refere-se à construção de rede de fibra ótica em trecho de longa distância, Mossoró - Pau dos Ferros, no âmbito do projeto desenvolvido pela Diretoria de Engenharia e Operações (DEO) para compor a Infovia Potiguar. Os valores constam na conta de construções em andamento, pois aguardam a ativação da rede para então serem alocados em contas de imobilizado e dessa forma ter a depreciação dos bens iniciada, a previsão é que o trecho seja ativado no primeiro semestre de 2022 mediante custos de tratativas com o DNT. A conta de Imobilizado em Andamento consiste nos gastos incorridos com a importação, manuseio, instalação, acomodação de cabos ópticos subaquáticos para implantação do projeto norte conectado, que visa a construção de uma infraestrutura de cabos de fibras ópticas, acomodados no leito do rio Amazonas, para interligar os cinco municípios: Macaá-AP, Almeirim-PA, Monte Alegre-PA, Santarém-PA e Alenquer-PA, por meio de uma infraestrutura subfluvial. O projeto ainda não entrou em operação, visto que é necessário que haja algumas entregas, como por exemplo, a conclusão da instalação do trecho submarino, que há previsão de finalização até o segundo semestre de 2022. (d) Com relação a provisão para perda, foi esta medida com base no inventário realizado no ano vigente, descontando as baixas ocorridas em 2021. Dessa forma, a segregação dos valores por status dos bens está descrita abaixo. Já em 2020, em razão da pandemia do COVID-19 não foi realizado o inventário físico no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, a Administração optou por manter a provisão para perda

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo		Amortização	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Sistema aplicativo software	40%	2.501.972	3.874.649	(261)	(1.069.203)
Direito cessão de uso em desenvolvimento (a)	20%	27.167.400	13.629.596	-	-
Provisão perda no ativo	-	(48.993)	-	-	(48.993)
		<b>24.720.379</b>	<b>17.504.244</b>	<b>(261)</b>	<b>(1.069.203)</b>
					<b>15</b>

A amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.071.388 (R\$ 148.469 em 2020) e está registrada no resultado do exercício.

	Valor residual	
	31/12/2021	31/12/2020
Não informado	48.993	48.993
Licença de uso expirada	-	-
Fora de uso temporário	-	-
Total geral	<b>48.993</b>	<b>48.993</b>

(a) BELLA, Build Europe Link with Latin America, é um projeto que tem o objetivo de atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas, por interesse do Governo Brasileiro e delegação expressa do MCTI através do Ofício MCTI nº 169 de 13/04/2016. Esse projeto garante a cessão do direito de uso de longo prazo sobre espectro em um cabo submarino direto entre as duas regiões, assim como a implementação de uma rede de pesquisa e educação com 100Gbps de capacidade em toda a América Latina. O sistema de comunicação submarino foi licitado e contratado por CLARA e GEANT, em nome da RNP e demais redes de pesquisa e educação nacionais participantes do "consortium agreement BELLA", formado pelas redes (RNIU ou NREI) do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha. O financiamento do projeto BELLA está a cargo da União Europeia, por meio do programa Horizonte 2020, em virtude dos acordos de subvenção com referências 731505-DG-CNECT (BELLA-S1), DG-DEVCU, LA/2016/376-534 (BELLA-T) e DG-GROWTH. Esse projeto recebe financiamento em espécie de CEDIA (Equador), REUNA (Chile), RENATA (Colômbia) e RNP (Brasil). Juntas, as redes contribuíram com 30% do custo de acesso ao cabo transatlântico da empresa ELLALINK, que contribuiu significativamente para o upgrade da rede regional de CLARA na América do Sul. O contrato é de 25 anos com valor total de R\$ 8.966 mil a serem pagos em parcelas no período de 2018 a 2022, refletindo em uma cessão de direito de uso de longo prazo, em desenvolvimento, e com amortização prevista para os últimos 23 anos do acordo, visto que a referência para o início da implantação do cabo submarino Brasil-Europa pela empresa ELLALINK ser dezembro de 2018 e os benefícios econômicos passaram a ser utilizados a partir do prazo estimado de 24 meses de início dos aportes financeiros. No exercício de 2021 houve um aporte de R\$ 13.629.596, equivalente a €1.165.371 (2020 houve o aporte de R\$ 8.722.712, equivalente a €1.493.359). O projeto ainda não entrou em operação visto que é necessário que haja algumas entregas, como por exemplo a conclusão da implantação do trecho submarino. 12. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores telecomunicações	6.904.012	4.108.524
Fornecedores não telecomunicações	13.345.597	9.750.749
	<b>20.249.608</b>	<b>13.859.273</b>

A conta de Fornecedores Telecom se refere aos valores devidos dos serviços contratados de telecomunicações, já em Fornecedores Não Telecom, são contemplados todos os demais fornecedores da RNP que a atendem nas mais diversas necessidades.

(a) Em janeiro de 2021 houve o recebimento do material importado, na ordem de R\$ 1.142.394,97 (USD 236.017), relacionado ao projeto Bella, que tem o objetivo atender as demandas de interconexão de longo prazo das comunidades de pesquisa e educação europeias e latino-americanas. Já em 2020 as maiores causas de impacto na conta de importação em andamento transcorreram-se por conta do projeto Bella e dos Kits de teste para fibra ótica referente ao projeto NORDESTE conectado. (b) Em novembro de 2020 os Kits PJ de teste de fibra ótica que integram o ativo fixo da RNP hoje sendo utilizados no projeto 000000643-DEO-CIENCIA-CONECTADA-NORDESTE após ser parametrizado em canal vermelho ficaram bloqueados após a fiscal impetear o pedido de perdimento do material, onde a RNP entrou com processo 19482-720.054/2020 de defesa na esfera administrativa da Receita Federal e em setembro de 2021 obtivemos o parecer favorável e o kits puderam integrar o ativo imobilizado onde estão em uso até o presente momento. 8. Depósitos judiciais

	Quantidade	31/12/2021	31/12/2020
Processo RFB (a)	1	498.765	498.765
Processo RFB - PIS/COFINS (b)	1	2.829.605	2.632.098
		<b>3.328.370</b>	<b>3.130.863</b>

(a) Refere-se a uma ação ordinária visando a obtenção de provimento judicial para reconhecer a improcedência da cobrança de IRPJ pretendida pela Fazenda Nacional. (b) A partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive as decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, passaram a ser de 0,65% e 4%, respectivamente. A RNP está recolhendo judicialmente o valor correspondente ao pagamento da COFINS, pois entende que essa cobrança é indevida, dado que a origem do valor aplicado é isenta de tributação, logo, seus rendimentos também deveriam ser. Ambas as causas de acordo com os advogados da Entidade, têm possibilidade de sucesso e são classificadas como possível, conforme demonstrado na nota explicativa 17. 9. Direito de uso de arrendamento: Os arrendamentos nos quais a Entidade, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa financeira durante o período de vigência contratual. A taxa de desconto utilizada no cálculo dos contratos foi a SELIC média de 6,24% a.a. A RNP possui contratos de aluguel das salas comerciais, espaço físicos para armazenagem e de equipamentos. A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	1.860.207	2.237.983
Adição	666.333	1.131.020
Amortização	(1.378.519)	(1.508.797)
Saldo em 31 de dezembro	<b>1.148.021</b>	<b>1.860.207</b>

	Taxas anuais de depreciação	Custo		Depreciação	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Equipamentos de computação	20%	40.635.955	28.539.831	(6.713.524)	(16.121.512)
Máquinas e equipamentos (a)	10%	11.883.456	823.883	(398.265)	(1.133.879)
Móveis e utensílios	10%	2.648.150	452.224	(263.305)	(476.575)
Beneficiárias em propriedade de terceiros	10%	3.732	226.027	-	(17.072)
Cabos de fibra ótica	5%	6.328.283	5.856.937	-	(457.296)
Instalação	10%	-	434.582	-	(31.086)
Construções em andamento (b)	-	-	136.085	-	136.085
Imobilizado em andamento (c)	-	-	49.087.931	-	49.087.931
Provisão para perda no ativo (d)	-	(3.820.378)	(60.036)	301.167	-
		<b>57.687.838</b>	<b>85.497.462</b>	<b>(7.073.926)</b>	<b>(18.237.421)</b>
					<b>7.114.623</b>

constituído com base no último inventário realizado (2019), pois considerando que (a) o último inventário foi realizado no mês de setembro de 2019; e (b) o fechamento dos escritórios, Universidades, Institutos, entre outros em grande e parte do exercício de 2020, não haveria ajuste significativo na provisão constituída em 2019.

	31/12/2021	31/12/2020
Classificação do bem		
Não informado	3.156.889	3.554.438
Não localizado	225.122	165.328
Irrecuperável	12.659	30.205
Obsoleto para o projeto	22.198	29.732
Recuperável	39.401	33.246
Em branco	122.977	2.432
Total geral	<b>3.579.246</b>	<b>3.820.378</b>

No quadro abaixo demonstramos a movimentação da provisão para perda do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo em 01 de janeiro	(3.820.378)	(3.861.638)
(+) Bens baixados no exercício (a)	301.167	41.259
(-) Bens que ingressaram na provisão no exercício (b)	(60.036)	-
Saldo em 31 de dezembro	<b>(3.579.246)</b>	<b>(3.820.378)</b>

(a) Bens que estavam compondo a valor da provisão para perda do imobilizado e foram baixados ao longo do ano de 2021. (b) Bens que em 2020 não faziam parte da provisão e em 2021 ingressaram na composição (devido mudança de status).

	31/12/2021	31/12/2020
13. Passivo de arrendamento		
Principal - CP	957.386	1.274.690
Encargos financeiros a apropriar - CP	(48.594)	(79.341)
	<b>908.792</b>	<b>1.195.349</b>
Principal - LP	290.378	781.643
Encargos financeiros a apropriar - LP	(5.175)	(28.214)
	<b>285.204</b>	<b>753.429</b>
Total geral	<b>1.193.996</b>	<b>1.948.778</b>

A taxa média de desconto utilizada nos cálculos dos contratos foi de 6,24% a.a., tendo em vista que ela reflete a taxa básica de juros para o financiamento de bens similares aos ativados pelo Entidade. No quadro abaixo demonstramos a movimentação ocorrida nos exercícios de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Saldo do arrendamento em 01 de Janeiro	1.948.778	2.296.173
Renovação/adição de novos contratos	444.807	(1.136.699)
Pagamento de principal	(1.316.615)	(1.634.546)
Apropriação de juros ao resultado do exercício	117.026	150.452
Saldo do arrendamento em 31 de dezembro	<b>1.193.996</b>	<b>1.948.778</b>

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos, segregado por ano:

	Valor nominal	Valor presente
2022	957.386	908.792
2023	290.378	285.204
	<b>1.247.764</b>	<b>1.193.996</b>

14. Obrigações fiscais

	31/12/2021	31/12/2020
ISS a recolher	351.123	180.786
IRRF a recolher (a)	2.133.754	1.315.974
CSL/COFINS/PIS	373.040	303.634
COFINS sobre prestação de serviços	251.487	157.415
	<b>3.109.404</b>	<b>1.957.810</b>

(a) A rubrica é composta basicamente por valores referentes à IR retidos sobre a folha de funcionários, seguido do IR retido da prestação de serviços PJ e por fim do IR retido da folha de autônomos.

15. Obrigações trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Férias	5.843.581	5.578.836
INSS sobre férias	1.800.963	1.410.186
FGTS sobre férias	553.964	442.410
Prêmio de desempenho (a)	-	2.935.284
Outros	12.181	18.870
	<b>8.210.689</b>	<b>10.385.586</b>

(a) O Prêmio de Desempenho foi instituído com o objetivo de recompensar os empregados que tiveram participação no atingimento da meta institucional, prevista no Contrato de Gestão firmado entre a RNP e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações-MCTI, para o fomento de tecnologias de informações e comunicações no meio acadêmico público federal. Esse prêmio é pago por liberalidade e só é efetivado quando as metas são atingidas e quando existem recursos financeiros disponíveis para seu custeio. Não se constituindo em remuneração fixa para fins de incorporação aos salários. Em 2021 a Entidade optou por não deliberar pelo pagamento dos prêmios. 16. Obrigações em circulação

	31/12/2021	31/12/2020
353.577.668	186.035.341	
Finop - Cloudlab (a)	-	369.862
	<b>354.006.350</b>	<b>186.405.203</b>
Recursos de projetos incentivados (b)		
Projeto Frida	35.070	25.884
Projeto Global Biodiversity	87.451	87.451
CONVÊNIO PEDRO II	902.688	-
MCTI, RNP, FINATEL E CPQD PROJ GG	1.656.401	-
OPEN RAN (c)	17.653.805	-
RNP SIG IN A BOX	15.808	-
	<b>20.351.223</b>	<b>113.295</b>
	<b>374.357.574</b>	<b>186.518.498</b>

(a) O Contrato de Gestão da RNP é o instrumento pelo qual o contratante, ou seja, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) faz os repasses de recursos para o atendimento ao plano de trabalho do Contrato de Gestão. As entradas dos recursos do Contrato de Gestão, bem como os recursos dos convênios FINER, são registradas na conta de Obrigações em Circulação, tendo em vista a verdadeira realização das receitas ocorrer no momento de realização dos projetos e não no momento de entrada na caixa da Organização. A medida em que os projetos correlatos são executados, as obrigações em circulação são baixadas e a respectiva receita é apropriada ao resultado do exercício. Com base nos aditivos ao Contrato de Gestão já pactuados, a RNP recebeu em 2021 o valor total de R\$ 450.453.992 conforme a seguir. Desse montante, R\$ 269.371.225 são de competência de 2020 e R\$ 181.052.767 do exercício de 2021:

	2021	2020
27º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	54.129.336	-
28º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	159.122.428	-
29º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	25.570.639	-
30º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	30.578.822	-
32º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	51.066.236	-
1º Termo Aditivo do Contrato de Gestão	129.986.531	-
	<b>450.453.992</b> </	

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ: 03.508.097/0001-36

Table with 3 columns: Description, 31/12/2021, 31/12/2020. Includes items like Projeto BRASIL GG, Projeto SG IN A BOX, Fundação de apoio à capacitação em tecnologia da informação - FACTI.

A receita de convênios se trata de uma conta sazonal pela qual a RNP busca avançar seus recursos adicionais que servem tanto para estender projetos em curso, quanto para atender aos convênios em serviços de rede e ou para complementar infraestrutura própria destinada à integração de novas organizações e de novas comunidades.

Summary table for Recursos (a) and Outras receitas, showing values for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Table for Tributos sobre serviços prestados, including IS, COFINS, and other taxes.

(a) A receita de recurso contábil decorre dos acordos de cooperação técnica que funcionam como um instrumento jurídico formalizado entre órgãos e entidades da Administração Pública ou entre estes e entidades privadas sem fins lucrativos no caso da RNP com o objetivo de firmar um interesse de mútua cooperação técnica visando a execução de programas de trabalho, projetos/atividade ou evento de interesse recíproco.

Table for Despesas com pessoal, including Salários e ordenados (a), INSS, Auxílios, etc.

(a) A variação ocorrida na conta de salários se deu por alguns fatores: Aumento no quadro de funcionários mediante a contratação, progressões e promoções que ocorreram ao longo do ano e o aumento atrelado ao dígito que em 2020 não ocorreu. (b) A variação elevada na conta de "Outros" se deu devido ao aumento expressivo na conta de Bolsas de Alugação que compõe o grupo. Ocorreu um aumento quantitativo na conta saindo de 49 bolsistas em 2020 para 93 em 2021.

Table for Despesas gerais e administrativas, including Condição nacional (a), Convênio de cooperação acadêmica, Consultoria, etc.

As maiores variações ocorridas no grupo de despesas gerais e administrativas são justificadas por: (a) O Projeto USF - (Conexão das unidades da família durante a pandemia 2020), iniciou em março de 2020. No entanto, a provisão começou a partir de setembro deste mesmo ano devido ao período oneroso de 4 meses concedido pelas operadoras de planos de saúde em dezembro do contrato. Além disso, as contratações foram feitas em 4 blocos (chamadas). Por isso, as conexões ocorreram de forma gradativa, onde a maior parte se deu durante o ano de 2021, aumentando assim o valor mensal total a ser provisionado e refletido em uma diferença significativa em comparação com o ano de 2020.

Table for Apólice, including Equipamentos de informática e rede, D&O - Resp. Civil para Administradores, etc.

Dessa forma, em 31/12/2021 a RNP possui uma cobertura no valor total de R\$ 489.587.562, e para tal realizou o pagamento total referente a abertura de seguro na casa de R\$ 561.613,52. Nas apólices foram listados todos os locais de risco cobertos, bem como todos os itens contemplados na proteção com suas respectivas características de identificação tais como número de série, marca, descrição e seu respectivo local de risco conforme especificado na apólice. Adicionalmente, ao longo do ano, o seguro é revisto e atualizado conforme a probabilidade de mudança do critério anteriormente mencionado, com o objetivo de resguardar o patrimônio. Não e parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Entidade.

As demonstrações contábeis de 2021 foram elaboradas sob a responsabilidade do escritório 2F Serviços Contábeis Ltda-EPF CNPJ 19.614.856/0001-85

CR-RI-006029/D-5, tendo como Controlador responsável Daniel Ferreira Falcão

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Conselheiros da Rede Nacional de ensino e pesquisa - RNP - Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucro.

Table for Projeto Norte Conectado, including IR s/ serviços no exterior, Impostos e taxas, and Outras despesas operacionais.

Table for Outras receitas (despesas) operacionais, including Reversão de provisão para perdas - ativo imobilizado e intangível (a).

Table for Resultado Financeiro Líquido, including Receitas financeiras, Despesas financeiras, and Resultado Financeiro Líquido.

(a) Vide nota explicativa 10. (b) Em 2021 o saldo está representado basicamente pela devolução de recursos repassados pela RNP referentes ao projeto NSF, no valor de R\$ 978.781 (devolução parcial decorrente da finalização por execução). Em 2020 transcorreram devoluções de projetos ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, no valor de R\$ 1.180.957 (devolução total) e do projeto 3ª chamada, no valor de R\$ 4.692.334 (devolução parcial decorrente da finalização por execução)

Table for Receitas financeiras, including Juros sobre aplicações financeiras (a) and Descontos Financeiros Obtidos.

Table for Despesas financeiras, including Variação cambial (b), Juros, IOF, Despesas bancárias, and Outras despesas.

(a) O aumento nos juros sobre as aplicações financeiras se deu em virtude da alteração do perfil de investimento e gestão dos recursos em tesouraria. Em 2020 grande parte da aplicação financeira estava concentrada em fundos automáticos, no qual o rendimento médio anual não chegou perto da taxa DI (em torno de 30% a 50%). A partir de julho de 2021 definiu-se que as aplicações automáticas seriam encerradas e os recursos passaram a ser investidos em fundos de renda fixa de baixo risco, alta liquidez e rentabilidade próxima ou superior a essa taxa (DI). Além disso, a decisão tomada pela Entidade foi ao encontro do momento vivido pelo país, ou seja, aumentos sucessivos da Taxa Selic, principal balizador do fundo de investimentos em renda fixa e fundos DI, o que também contribuiu positivamente para o aumento das receitas financeiras como um todo. Ademais, a tesouraria também passou a atuar de forma mais ativa no acompanhamento semanal dos recursos, realizando resgates para cobrar os pagamentos já programados, motivo esse que explica o aumento do IRRE, e aplicando o excedente de caixa das diversas contas, para assim obter maior rentabilidade. (b) O aumento no grupo de despesas com variação cambial ocorreu em razão da elevação de importação de equipamento em 2021, relacionado principalmente ao projeto do norte conectado.

25. Transações e partes relacionadas - Remuneração e pessoal-chave: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração total da Alta Gerência da RNP foi de R\$ 2.547.850 (R\$ 1.960.898 em 2020). A RNP não concede benefícios pós-emprego ou outros de longo prazo para os seus diretores e colaboradores. A RNP é co-fundadora e associada à CLARA - Cooperativo Latino Americano de Referência em Atividade de Direito Internacional com fins lucrativos, que opera uma rede de internet Avançada e a RedeCLARA, que tem como objetivo interconectar internacionalmente a RNP às redes acadêmicas de diversos países da América Latina e Europa. Com isso, estende o serviço de conectividade às instituições usuárias destes outros países e do continente europeu. CLARA possui um conselho diretivo escolhido através de votação, em assembleia de seus associados. Atualmente, o Diretor de Engenharia e Operações, Eduardo Cozar Brito, é representante da RNP no Conselho Diretivo de CLARA.

27. Gestão dos riscos e instrumentos financeiros: Considerações gerais e políticas: A Entidade contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A gestão dessas operações é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração. A gestão de risco financeiro: A atividade da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros) e risco de liquidez. A gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. a.1) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1ª linha. a.2) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, e capacidade de liquidar posições de mercado. b) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade são as aplicações financeiras de curto prazo em condições normais de mercado. Esses instrumentos visam à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. Nas exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade não realizou operações com caráter especulativo, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. 28. Cobertura de seguros: Ao final de 2020 diversas apólices foram renovadas e regeram as coberturas para o ano de 2021 até o mês de novembro quando ocorreu a renovação anual das apólices e renovação dos prêmios e coberturas. De modo geral, as apólices estão distribuídas conforme a as disposições abaixo:

Table for Fontes de recursos, including MCTIC, Outras, and Total, with columns for Anos 2011-2021.

com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP depende do recebimento de repasse de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e outros ministérios para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro, consequentemente esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucro, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa informação em suas demonstrações contábeis contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, como o caso de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondências entre os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos nossos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 11 de março de 2022. Ana Cristina Linhares Areosa, CFC CRC RI 081.409/0-3. Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 23P-025/583/O-1

Relatório de asseguração limitada do auditor independente

Aos Administradores e Conselheiros da REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP, Atenção do Sr. Claudio Martins. Introduzidos: Fornos contratados para elaborar o relatório de asseguração limitada dos quadros 1 a 6 (quando isolados) relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (Entidade ou Associação) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estes quadros isolados foram elaborados sob responsabilidade da Entidade e são divulgados em seu Relatório de Gestão Anual. Responsabilidades da administração da Entidade: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações constantes dos quadros isolados relacionados ao fluxo de caixa financeiro e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade do auditor independente: Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre as informações constantes dos quadros isolados relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2021, com base na NBC TO 3000 - Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente norma internacional IAS 3000, emitida pelo Conselho Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes dos quadros 1 a 6 relacionados ao seu fluxo de caixa financeiro, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste, principalmente, em indagações à administração e a outros profissionais da Entidade que estão envolvidos na elaboração das informações dos quadros 1 a 6 do fluxo de caixa, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente tenha conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que estas informações, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes dos quadros isolados relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2021, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreendem: Quadro 1: Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão - CG: O quadro abaixo refere-se basicamente aos repasses efetuados nos anos de 2011 a 2021 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTIC e outros órgãos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP:

Table for Fontes de recursos, including MCTIC, Outras, and Total, with columns for Anos 2011-2021.

Examinamos os aditivos do Contrato de Gestão através dos quais identificamos o montante de R\$ 450.454 mil aprovado e liberado para a RNP em 2021. Quadro 2: Valores repassados pelo Contrato de Gestão no ano de 2021: O quadro abaixo refere-se basicamente aos repasses de recursos efetuados no ano de 2021 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTIC e outros órgãos para o atendimento ao plano de trabalho da RNP:

Table for Fontes de recursos, including MCTIC, Outras, and Total, with columns for Fonte, Termo Aditivo, Valor, and Data.

Total MCTIC 130.766.211 MEC 103.750.000 04/01/2021 118.516.687 04/01/2021 2.500.000 05/01/2021 91.115 30/04/2021 80.000 10/06/2021 3.972.655 15/03/2021 344.413 08/03/2021 124.500 08/03/2021 17.261.502 30/07/2021 10.000.000 02/09/2021 15.244.572 24/09/2021 8.560.162 24/12/2021

Table for Total MEC, including MCTIC, MEC, and Total MEC, with columns for Fonte, Valor, and Data.

Constatamos o recebimento pela RNP do valor de R\$ 450.454 mil no exercício de 2021, conforme crédito no estado bancário. Quadro 3: Contas bancárias: O quadro abaixo refere-se ao sumário dos saldos de conta corrente, conta poupança e aplicações financeiras mantidas junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021. Confirmamos os saldos bancários no montante de R\$ 198.957 mil em 31 de dezembro de 2021, por meio dos respectivos extratos bancários e confirmação direta de saldos junto às instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e B2) referentes ao Contrato de Gestão.

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP

CNPJ: 03.508.097/0001-36

Table with columns: Banco, Agência, Conta, Valores em R\$, Saldo em 31/12/2020, Saldo em 31/12/2019, Saldo em 31/12/2018. Includes sub-totals for Banco do Brasil, BCF, and CSF.

Quadro 4: Demonstração de receitas auferidas: O quadro a seguir demonstra as receitas apropriadas dos recursos recebidos mediante sua aplicação na execução do objeto social da RNP em 2021, 2020 e 2019:

Table with columns: Receitas, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019, 31/12/2018, 31/12/2017. Includes sub-totals for Recurso, Contribuição associados, Recurso com mensalidades, Recurso de Cooperação Técnica, Recurso financeira, Recurso Outros, and Recurso Prov. Var. Cambial.

Nota 1: Receita realizada do Contrato de Gestão; Nota 2: Cooperação Técnica (fundações e institutos); Nota 3: Patrocínios para os eventos RNP (WRNP, DISI e encontro fornecedores) e projetos como Colégio Pedro II, Internet das Coisas, dentre outros. Nota 4: Descantos obtidos (no quadro de 2018 a variação cambial foi incluída neste grupo). Os principais procedimentos de assecuração por nós efetuados foram: Examinamos, em base de amostragem, a saída dos recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário. Análisis, em base de amostragem, a movimentação das aplicações financeiras, assim como os referidos rendimentos referentes às aplicações financeiras conforme extrato bancário. Examinamos, em base de amostragem, as folhas de pagamento, relatórios de provisão de férias e de 13º salário de janeiro a dezembro de 2021, bem como os respectivos pagamentos efetuados. Examinamos, em base de amostragem, guias de INSS e FGTS de janeiro a dezembro de 2021, bem como as respectivas liquidações financeiras através de extrato bancário. Quadro 5: Plano de ação pactuado e realizado em 2021: O quadro a seguir demonstra o comparativo entre as despesas orçadas e realizadas no ano de 2021:

Table with columns: MACRO, PROCESSO, Pessoal, Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Viagens, Custeio (2), Capital, TOTAL (1). Includes sub-totals for Execução and Desem. Tecnológico.

Nota 1: A redução na execução de despesas, com exceção de custeio e pessoa física, entre o planejando e o realizado deve-se ao fato de recebimentos de recursos em 2021 terem iniciados a partir de setembro ocorrendo a postergação na execução dos projetos. Nota 2: O aumento aparente na execução do custeio deve-se, na verdade, na baixa acuracidade na realização do valor orçado, dado que em 2020, a execução já apontava um custo inferior de 22 milhões de reais. Nota 3: Não havia montante substancial de previsão de redução neste item de despesa. Os principais procedimentos de assecuração por nós efetuados foram: Confrontamos o total dos balanetes, segregados por centros de custo (projetos do Contrato de Gestão) com o balanete contábil consolidado, sem divergências. Revisamos, em base de amostragem, a saída de recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário, validando assim os valores executados. Quadro 6: Contratos de Gestão: O quadro abaixo refere-se ao comparativo das despesas entre o RNP incorrido em 2021 e o RNP incorrido em 2020:

Table with columns: MACRO, PROCESSO, Pessoal, Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Viagens, Custeio, Capital (1), TOTAL (1). Includes sub-totals for Execução and Desem. Tecnológico.

Nota 1: O aumento na execução das despesas em 2021 em relação a 2020 ocorreu devido ao aumento nas aquisições de imobilizado, principalmente os cabos ópticos para utilização no projeto Amazônia Integrada e sustentável. Os principais procedimentos de assecuração efetuados por nós para o ano de 2021 foram: Confrontamos o total dos balanetes segregados por centros de custo (projetos do Contrato de Gestão) com o balanete contábil consolidado, sem divergências. Revisamos, em base de amostragem, a saída de recursos financeiros referentes aos pagamentos efetuados através de extrato bancário, validando assim os valores executados. Confrontamos o total incorrido em 2021 com os reais incorridos em 2020, conforme os números do relatório do ano anterior, sem divergências. Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre a forma limitada. Alcance e limitações: Os procedimentos aplicados em um trabalho de assecuração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de assecuração razoável, que tem por objetivo emitir uma conclusão sobre as informações constantes dos quadros 1 a 6 relacionados ao fluxo de caixa financeiro da Entidade em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança razoável de que todas as informações e critérios relacionados ao período de janeiro, Rio de Janeiro, 04 de março de 2022. Ana Cristina Linhares Azeite, CRC CRJ-081.409/0-3. Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 25P-025.583/0-1.

Relatório de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) com Constatações Factuais. Atenção do Sr. Claudio de Medeiros Ribeiro Martins. Relatório de Procedimentos Previamente Acordados. Nosso relatório tem como objetivo auxiliar a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (RNP ou Entidade) a evidenciar o cumprimento de determinados requerimentos descritos no nosso contrato, firmado em 18 de agosto de 2021, referentes ao estabelecido no artigo 34 da Portaria MCTI 1.123/2015 e requisitado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP (Entidade ou Associação) na data-base 31 de dezembro de 2021 e pode não ser adequado para outro propósito. Responsabilidades da parte contratante. A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP recebeu que os procedimentos de assecuração são adequados para fins do trabalho. A RNP (que também é a parte responsável) é responsável pelo objeto sobre o qual os procedimentos previamente acordados são realizados. Responsabilidades do auditor. Conduzimos o trabalho de procedimentos previamente acordados de acordo com a NBC TSC 4400 - Trabalho de Procedimentos Previamente Acordados. O trabalho de procedimentos previamente acordados envolve a realização por nós dos procedimentos acordados com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP e a comunicação das constatações, que são os resultados factuais dos procedimentos previamente acordados realizados. Não fazemos nenhuma representação sobre a adequação dos procedimentos previamente acordados. Esse trabalho de procedimentos previamente acordados não é trabalho de assecuração. Dessa forma, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de assecuração. Se tivéssemos realizado procedimentos adicionais, outros assuntos poderiam ter chamado a nossa atenção que teriam sido relatados. Ética profissional e gestão de qualidade. Cumprimos com os requisitos éticos

Table with columns: Exercício 2021, Diretores Executivos, Demais CLT Estagiários, Prestadores (PF e PJ), Conselheiros. Includes sub-totals for Em R\$, Em R\$ mil, and Em R\$ mil.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31.12.2020, Adições, Baixas, Saldo em 31.12.2021. Includes sub-totals for Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Móveis e utensílios, Benefitória em prop.terceiros, Instalações, Imóveis (intangível) (a), Direito de uso (intangível) (a), Cabos ópticos, Sub-total, Depreciações / amortizações, Provisões, and Totais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

